

METODOLOGIA DE ENSINO PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL¹

TEACHING METHODOLOGY FOR SPECIAL EDUCATION TEACHERS

Dayane de Oliveira SANTOS²

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo discutir como a Educação inclusiva e especial veio sendo estruturada ao longo dos anos e como ela vem sendo praticada em Sergipe. Almeja-se uma educação de qualidade e que seja inclusiva, mas pouco se investe. Isso pode ser constatado com os inúmeros desafios e obstáculos enfrentados por docentes, que não possuem a capacitação mais adequada, falta de condições pedagógicas e recursos didáticos necessários ao ensino e aprendizagem. Nesse sentido, diante desses desafios, este trabalho, serve de respaldo para futuros professores e profissionais que irão se deparar no ensino regular com portadores de necessidades e que necessitam de diferentes metodologias para desenvolver seu processo de ensino-aprendizagem, visando o aprendizado da diversidade, que é o ambiente escolar.

Palavras-Chave: Aprendizagem; Inclusão; Metodologia.

ABSTRACT: This work aims to discuss how inclusive and special education has been structured over the years and how it has been practiced in Sergipe. Inclusive and quality education is desired, but little is invested. This can be seen with the countless challenges and obstacles faced by teachers, who do not have the most adequate training, the lack of pedagogical conditions and didactic resources necessary for teaching and learning. In this sense, given these challenges, this work supports future teachers and professionals who will find regular education with people in need and who need different methodologies to develop their teaching-learning process, aiming at learning diversity, which is the school environment.

Keywords: Learning; Inclusion; Methodology.

INTRODUÇÃO

Com o direito à inclusão escolar nas escolas regulares e o aumento da frequência dos alunos especiais nas classes comuns do ensino regular, observa-se a importância de se criar oportunidades que possam proporcionar a aprendizagem e o seu desenvolvimento.

A Resolução nº 2/2001 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) criou as "Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica", que em seu artigo 2º diz que: "Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos" (BRASIL, 2001).

¹ Submetido em: fevereiro de 2020 | Aceito em: dezembro de 2021.

² Especialista em Ensino da Educação Especial e Educação Inclusiva. Faculdade Futura, mantida pelo Instituto de Ciência, Educação e Tecnologia de Votuporanga. E-mail: dayanesantos@hotmail.com

Infelizmente, nota-se que os professores têm dificuldades em realizar a inclusão dos alunos com deficiências. Pensando nisso, cabe aos governantes investirem em recursos estruturais, pedagógicos, além de profissionais capacitados e preparados para ministrar suas aulas, como também uma metodologia diferenciada a fim de melhor proporcionar a aprendizagem e oferecer uma educação inclusiva de qualidade.

Assim sendo, este artigo segue no intuito de evidenciar a existência de metodologias e os recursos didáticos que podem ser usados pelos professores, para promover a aprendizagem dos alunos com deficiência.

Sabe-se que a escola é um dos responsáveis pela formação do indivíduo e é no convívio que aprendemos a superar as dificuldades e a conviver com a diversidade. No entanto, em termos estruturais e metodológicos ainda existem muitas dificuldades e um longo caminho a se percorrer em prol de uma política escolar inclusiva com qualidade. Assim, ao propor o acesso à educação inclusiva, cabe aos professores oferecerem conhecimentos que se fundamentam e possibilitam a prática educativa, criando técnicas e estratégias de ensino que dinamizam a aula e facilitam o aprendizado do educando.

Pacheco et al (2007, p.15) discorrem que “as práticas pedagógicas em uma escola inclusiva precisam refletir uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do que em uma escola tradicional”.

Baseado nisso, realizou-se inicialmente uma pesquisa online sobre possíveis escolas que utilizavam metodologias alternativas como forma de inserção de crianças portadoras de deficiências, e constatou-se que existia a Escola Estadual Vicente Machado Menezes, que tem implantado uma sala de recursos multifuncionais com ambientes equipados, mobiliários, além de materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento especializado.

Diante dessa pesquisa, surgiram algumas inquietações, como: Será que as práticas utilizadas na escola auxiliam na inserção do aluno em sala de ensino regular? Quais são as metodologias utilizadas? Como esse estudo pode favorecer para que o ambiente seja inclusivo? Como é ensinado os conteúdos nessa escola? Como se dá a formação de professores para trabalhar o ensino e aprendizagem de alunos com deficiência utilizando tais metodologias?

Acredita-se que esse trabalho é de extrema relevância, visto que, vem crescendo o número de matrículas de alunos com deficiências, sendo incluídos no ensino regular. Dessa forma, necessita-se de escolas adaptadas para essa demanda. Essa investigação irá proporcionar o conhecimento acerca de escolas que utilizam metodologias alternativas em relação ao ensino voltado à inclusão de alunos com deficiência.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a construção deste artigo, desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica, e de campo, com uma abordagem qualitativa que teve como base um estudo de caso. Desse modo, como forma de coletar dados e informações foram realizados questionários semiestruturados com professores da rede pública do município de Itabaiana–SE, que têm incluídos em suas salas de aula alunos com deficiência.

Conforme salienta Ribeiro (2008) é na abordagem qualitativa que encontramos dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada. Esse tipo de pesquisa nos proporciona a vivência in lócus com a realidade, abrindo a possibilidade de discussão e a análise de um determinado problema.

Sendo assim, usou-se como procedimento metodológico a pesquisa de campo com os professores e o aprofundamento das teorias de autores que apresentam em suas obras à educação inclusiva. Dessa forma, os dados coletados foram analisados com o objetivo de melhor compreender quais são as metodologias e práticas pedagógicas que veem sendo utilizadas na inclusão do sistema educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A CONCEPÇÃO HISTÓRICA ACERCA DO “SER DEFICIENTE” NA SOCIEDADE

A deficiência sempre fez parte da história da humanidade. Ser deficiente era ser oprimido, ignorado, segregado, aceito ou condenado a morrer de acordo com determinadas concepções e preocupações da época.

Na antiguidade, por exemplo, as civilizações egípcias viam a questão da deficiência como motivo de caridade e dignos de possuírem um emprego como forma de levar o sustento para a família.

Segundo Gugel (2015) em achados arqueológicos que datam de mais ou menos 4.500 a.C., as artes demonstram que mesmo pessoas com nanismo não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos.

Mesmo não tendo porte considerado normal, estes exerciam trabalhos e seus velórios eram permeados de honrarias. Além desse tipo de deficiência, tínhamos a presença de deficientes visuais provenientes da vida em contato com tempestades de areia que os levavam a desenvolver a infecção e conseqüentemente a cegueira, conjuntivite, catarata e glaucoma.

Por outro lado, os gregos viam a deficiência como algo intolerável. A sociedade grega estava atrelada à prática de exercícios físicos e a cultuação do corpo. Os indivíduos teriam que estar bem tanto fisicamente quanto mentalmente, uma vez que além de servir ao exército era extrema importância apresentar saúde corporal e mental para o desempenho das competições dos jogos olímpicos em várias cidades.

“Para os gregos, o corpo sadio deveria estar unido com a mente sadia e não se admitia a deficiência entre eles” (SCHMIDT, 2011, p.26).

Nas polis gregas, as crianças portadoras de alguma deficiência eram tidas como subumanas e muitas vezes quando não eram abandonadas eram eliminadas da sociedade. A legitimidade de tal ação estava assentada em uma organização social e cultural que tinha como paradigma o culto a beleza.

De acordo com dados do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (2008, p.7) “Em Esparta, os deficientes eram lançados do alto dos rochedos e em Atenas eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos”.

Assim como os gregos, os romanos também viam a deficiência sobre o viés da discriminação, do preconceito e do desprezo. Garcia (2011) relata que era comum os romanos sacrificarem os filhos que nascesse com algum tipo de deficiência ou ainda abandonarem em locais de alta periculosidade, como locais que habitam animais selvagens e rios considerados sagrada a fim de que morressem ou ficassem à mercê de alguma alma caridosa que os resgatasse.

Quando ficavam vivos eram humilhados e exerciam atividades menosprezadas como trabalho em prostíbulo ou em circos. Diferentes indivíduos portadores de deficiência trabalham nas tavernas e bordéis; bem como, em atividades circenses. (SILVA, 1987).

Essa realidade de discriminação, preconceito, aceitação ou abandono, passou a ser mudado com o surgimento do cristianismo em Roma. Logo, temas como caridade, ajuda ao próximo passaram a serem vistos como forma de obtenção da salvação e nesse caso caberia a sociedade acolher os mais necessitados em abrigos, asilos, orfanatos, manicômios como forma de retirar de circulação os deficientes, proporcionando o “sentimento” de missão cumprida, porque estavam os ajudando com teto e alimento.

O período da Idade Média ficou conhecida como a “Idade das Trevas” e se caracterizou por um momento histórico marcado pela falta de conhecimento sobre as doenças e falta de informação. Os acontecimentos na sociedade eram explicados pelo cunho religioso e sobrenatural. A falta de informação científica e uma sociedade atrelada a ignorância e a superstição auxiliaram na segregação das pessoas com deficiência, generalizando-se estereótipos

de que um corpo que apresentasse deformidades. Com o crescimento urbano e consequentemente o aparecimento de muitas doenças e crianças que nasciam com problemas mentais e malformações congênitas, acreditava-se que tais males resultariam em castigo divino ou maldição provocada por demônios. Para sobreviverem eram obrigadas a pedirem esmolas.

Durante esse período, a igreja através da inquisição mandou para a fogueira todas as pessoas que tinham alguma deficiência, como também indivíduos considerados loucos (as), feiticeiros (as), adivinhos.

Porém, com o advento do Renascimento aconteceram grandes descobertas na Medicina e na filosofia, sendo visível o aumento do direito do homem perante a sociedade. Dessa forma, as superstições e ignorância eram substituídas pela razão e pelo conhecimento científico. A partir de então, inicia-se os primeiros passos no atendimento às pessoas portadoras de deficiência, mas apesar de termos um melhor atendimento e esclarecimento, durante esse período, não se conseguiu romper com os preconceitos contra às pessoas com deficiências físicas que ainda eram menosprezadas, considerados seres desumanos e demônios.

Essa realidade só começa a mudar a partir do século XIX quando a sociedade reconhece a sua responsabilidade para com as pessoas com deficiências e que permaneciam segregados e marginalizados. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 1861 já existiam casas de acolhimento de pessoas mutiladas provenientes da guerra civil.

“Depois da Guerra Civil norte-americana, foi construído, na Filadélfia, em 1867, o Lar Nacional para soldados voluntários deficientes”. (SILVA, 1987, p. 237).

As ideias supracitadas avançam rumo ao continente europeu. Assim, com essa chegada começam a construir locais que ofereciam proteção e assistência a velhos, cegos, surdos e mutilados de guerra. Vale ressaltar que no campo da medicina ocorre avanço na especialidade da ortopedia, como forma de reabilitar e tratar pessoas com lesões físicas. Já no campo social, as instituições incentivavam o desenvolvimento do trabalho manual artesanal e cooperativo entre as pessoas com deficiência com o objetivo de se sustentarem.

Com o passar dos anos, as instituições deixaram de ser apenas lugares de abrigo e passaram a oferecer serviços necessários às pessoas que as frequentavam. O uso da medicina, a reabilitação e o fim dos manicômios durante a década de 1960, mostraram que as pessoas com deficiência poderiam conviver em sociedade desde que se adaptassem as normas e regras estabelecidas, e assim surgem as escolas especializadas para os portadores de necessidades especiais.

Nesta mesma década, vários países europeus e americanos estavam se apropriando das primeiras experiências de integração escolar de crianças com deficiência em escolas de ensino

regular. Em decorrência de uma melhor compreensão acerca da deficiência, esse conceito passou a ser gradualmente definido como pessoas com necessidades educacionais especiais, e estas necessidades não comprometeriam a vida em sociedade.

Em plena década de 1970, as escolas de ensino regular já passaram a aceitar alunos com deficiência. No Brasil, esse processo começou a acontecer no final da década de 80, com a aprovação da Constituição Federal de 1988, que passa a garantir acesso igualitário a todos sem distinção de qualquer natureza.

A partir dos anos de 1990, a inclusão social passou a ser foco de debates e encontros entre eles, um desses encontros foi o da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que aconteceu na Tailândia e teve como o intuito discutir sobre quais eram as reais necessidades básicas da aprendizagem voltadas para as crianças, jovens e adultos, entendendo que a educação é um direito fundamental de todos. Posteriormente, realizou-se o encontro internacional em Salamanca, na Espanha no ano de 1994. Este repercutiu na criação de um documento, qual foi chamado de “Declaração de Salamanca”, que apresentava avanços globais quanto aos projetos político-pedagógicos de educação inclusiva.

A Declaração de Salamanca deixava explícito que cabia às escolas acolherem todas às crianças independentes de qualquer deficiência e a família o dever de acompanhar todo o desenvolvimento dos seus filhos.

A Constituição Federal e a própria LDB (Lei de nº 9.394/96) nos mostram que todos devem ter iguais oportunidades para aprender e desenvolver suas capacidades, habilidades e potencialidades independentemente da condição social ou classe econômica, inserindo-os na sociedade. Isso pode ser visto e confirmado no capítulo V, Art.58, incisos 1º, 2º e 3º:

Art. 58. Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Além dessas leis, ainda existe o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) que reforça o mesmo princípio em seu Art. 53, incisos I, II, III, IV e V:

Art.53 A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Direito de ser respeitado por seus educadores;

- III - Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - Direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (ECA, 1990).

Ante o exposto, percebe-se que a educação inclusiva ainda é um grande desafio, seja pela falta de informação, de estrutura pedagógica, como também do ambiente para recebê-lo com qualidade. Logo, ao propor uma educação pública com qualidade se faz necessário: garantir o acesso aos conteúdos básicos para que ocorra a devida escolarização, as escolas precisam ser planejadas para atender à diversidade, assim, ampliando os serviços educacionais especiais a fim de possibilitar o desenvolvimento das competências e habilidades dos seus alunos de forma humanizada e respeitada.

INCLUSÃO ESCOLAR E O USO DA SALA DE RECURSOS

A política da educação inclusiva se constitui em um padrão educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que associa a igualdade e a diversidade e diferença como valores essenciais e inseparáveis. Dessa forma, através do atendimento educacional especializado se reconhece as particularidades de cada discente levando em conta a apresentação de um currículo organizado que apoia e complementa o ensino destinado nas redes serviços educacionais comuns.

Os procedimentos desenvolvidos servem para o aluno se apropriar de conhecimentos e o docente deve ter formação acadêmica em Pedagogia ou Educação Especial. Além desse profissional, deve ter um psicopedagogo, este que tem a finalidade de definir estratégias pedagógicas que facilitem o processo de ensino aprendizagem e claro, com o acompanhamento e apoio da das famílias.

A necessidade da escolarização de portadores de necessidades especiais em ensino regular, impõe que a escola se adapte para oferecer o ensino com qualidade. Repensando essa inserção, criou-se a sala de recursos como uma ferramenta que auxilia aos alunos especiais no desenvolvimento da aprendizagem, levando em consideração as especificidades de cada aluno. É na sala de recursos que se oferece subsídios pedagógicos que auxiliam na aprendizagem dos conteúdos da classe comum.

Baseado em BRASIL (2001, p.50) as salas de recursos seriam:

Serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns [...]. Esse serviço realiza-se em escolas, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas próximas, nas quais ainda não exista esse

atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem necessidades educacionais especiais semelhantes, em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum [...].

A escola deve adaptar desde o currículo à avaliação contínua, além de contar com a intervenção psicopedagógica, como também com a qualificação de docentes e aos recursos materiais. Todo o planejamento e metodologia devem ser diferenciados e com qualidade. E dentre as metodologias utilizadas, as que tem dado certo são as da sala de recursos. Além da inclusão na sala de ensino regular, o aluno tem aulas interativas na sala de recurso, em horário oposto à aula regular.

A prática pedagógica neste espaço, deve promover avanços significativos de aprendizagem em alunos com necessidades educacionais especiais em relação aos conteúdos escolares ministrados, e isso acontece com a disponibilidade de recursos adequados e necessários para a participação e aprendizagem desses alunos.

A criação desse projeto, deve contemplar o universo multidisciplinar, além de proporcionar a parceria entre os educadores das classes comuns com os educadores das salas de recursos.

Atualmente, as escolas estaduais devem dispor da sala de recursos que são espaços organizados com suporte didático, pedagógico, equipamentos que auxiliam os profissionais da educação a atender alunos com necessidades especiais. O atendimento acontece em um turno oposto as aulas regulares.

Voltando a década de 1990, pode-se destacar que através da realização de um fórum de educação em Sergipe foi criado o Centro de Referência em Educação Especial de Sergipe – CREESE, e este órgão é vinculado à Secretaria de Estado da Educação, que atua na avaliação diagnóstica de alunos que apresentam grande dificuldade de aprendizagem, deficiência e transtorno globais do desenvolvimento, sendo realizada por equipe multidisciplinar, com o objetivo de subsidiar os sistemas educacionais com relação ao ensino aprendizagem deste público alvo.

Os elementos de acessibilidade já vêm sendo posto em prática, bem como a aquisição de itens específicos, como máquinas de escrever em Braille, computadores com monitores em alta resolução e objetos lúdicos que irão proporcionar aos discentes a melhoria no processo de aprendizagem e conhecimento. Diante disso, os professores acabaram tendo que realizar um curso de capacitação para se adequar a essa nova realidade.

Segundo dados disponibilizados pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2011), o Estado de Sergipe comporta 430 salas de recursos, distribuídas apenas em 71 municípios-sedes. Somente

a cidade de Itabaiana possui 23 salas de recursos distribuídas entre as redes estaduais e municipais de ensino.

No momento atual, existem quatro salas de recursos, sendo três ativadas e distribuídas entre a Escola Estadual Vicente Machado Menezes, Colégio Estadual Murilo Braga e Escola Estadual Dr. Airton Teles e uma desativada com lotação na Escola Estadual Profª. Izabel Esteves de Freitas. Em 2014 foram capacitados 180 profissionais vinculado à rede municipal de ensino da cidade de Itabaiana para atuarem em salas de recursos sendo que a maior clientela dos alunos “especiais” possui deficiência intelectual, e em parcela menor, deficiências físico-motoras e sensoriais. (CRUZ; COSTA; BARBOSA, 2017).

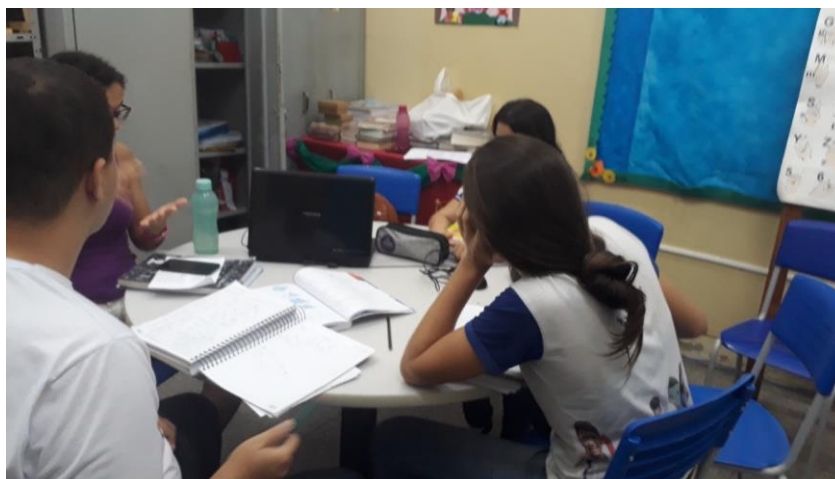
Voltado ao contexto da cidade de Itabaiana, temos a presença de uma escola que é referência na prática do ensino de crianças e jovens que são portadores de necessidades especiais. Refiro-me à Escola Estadual Vicente Machado Menezes.

Figura 1: Escola Estadual Vicente Machado Menezes, 2018



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

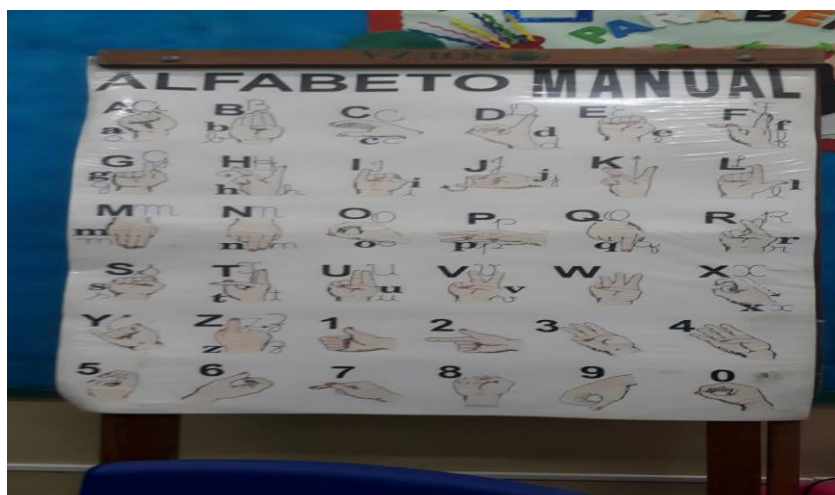
A referida escola é composta por 11 alunos portadores de necessidades especiais, dentre eles temos: 3 alunos deficientes visuais e 8 alunos com surdez. Estes alunos têm uma monitora pedagógica, a qual fica a disposição na sala de recursos, vale ressaltar que, esse suporte pedagógico acontece em horário oposto ao do ensino regular.

Figura 2: Aula de monitoramento, 2018

Fonte: Arquivo pessoal, 2018

Dentre as metodologias utilizadas na sala de recursos temos, os jogos online, material educativo em EVA e material concreto, mas existem outros recursos de alfabetização diferenciados para os deficientes visuais como também para os deficientes de surdez.

Os recursos utilizados para os portadores de deficiência de surdez são: o sinal, a imagem e a palavra, dando significado concreto para a aprendizagem dentro do contexto do sistema de libras como também na língua portuguesa.

Figura 3: Alfabeto manual em Libras, 2018

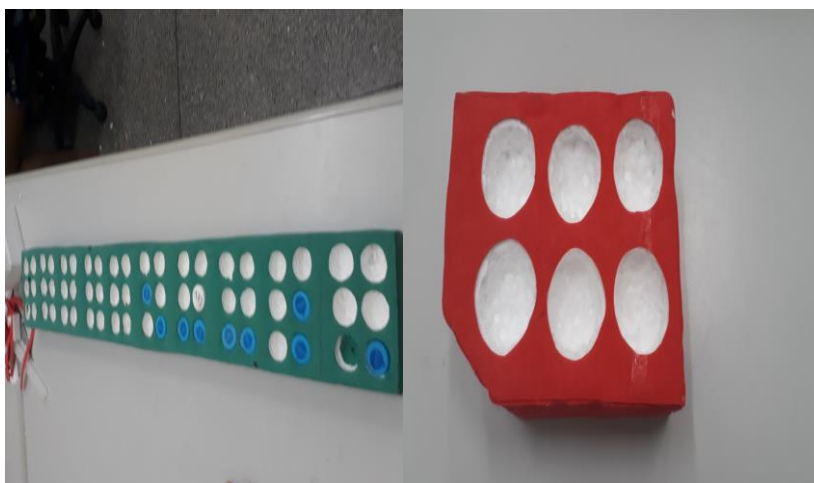
Fonte: Arquivo pessoal, 2018

Durante a pesquisa de campo, pode-se observar que a maior dificuldade de aprendizagem dos surdos está na escrita do português, isso deve-se por um lado pela ausência da audição, e por outro, o português não ser a língua materna dos surdos, sendo que estes aprendem por meio de memorização de sinais. Assim, diante desses desafios, as metodologias utilizadas

para a aprendizagem dos alunos deficientes visuais são diferenciadas, por exemplo, no processo de ensino e aprendizagem dos alunos portadores de deficiência visual são trabalhadas metodologias como: atividades de alto relevo, textura, vídeos, imagens, leitura e escrita em Braille.

Além dessas ferramentas, são utilizadas o DOSVOX e o NVDA, são softwares que permitem aos deficientes visuais desempenharem vários serviços, adquirindo assim um elevado nível de independência no trabalho e no estudo. Já para a aprendizagem da leitura e escrita dos portadores visuais é utilizada a “Cela Braille” que é composta por um conjunto de seis pontos, que pode ser plano ou em alto-relevo. A partir de uma cela, podemos dar origem a diversos símbolos para representar letras do alfabeto, sinais de pontuação, numerais, dentre outros. Temos também a “Régua Braille”, a qual é um conjunto de celas onde trabalha frases e textos. Com essas ferramentas podemos trabalhar conteúdos do ensino regular para alunos portadores de deficiência visual.

Figura 4: Réguas e celas em braile, 2018



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

Dando sequência as metodologias utilizadas para a aprendizagem dos deficientes visuais, temos a “reglete”, a qual é um dos primeiros instrumentos criados para a escrita Braille. Esse instrumento é onde escrevemos o braille no papel (folha). Por último, temos a “Perkins Braille”, que é a mais clássica máquina de escrever, esta possui nove teclas, dentre elas seis teclas correspondente aos pontos, uma de retrocesso, uma de espaço e outra de avanço de linha.

Figura 5: Perkins e a Reglete, 2018**Fonte:** Arquivo pessoal, 2018

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, é perceptível que a inclusão social e escolar de portadores em necessidades especiais ainda é insuficiente, visto que durante muitas décadas, o sistema educacional brasileiro ofertava dois tipos de serviços: a escola regular e a escola especial (APAE). Através de uma luta travada por uma educação inclusiva com qualidade, leis foram criadas com o objetivo de acolher todos os alunos na rede de ensino regular sem distinção de raça, cor, sexo ou deficiência, gerando mais equidade, igualdade, diversidade entre os alunos.

Todavia, a escola, os docentes não se adequaram a essa nossa proposta de ensino. São muitos os professores sem a devida formação, preparação e habilitação para lidar com esse grupo de pessoas e por outro lado, as políticas educacionais que deveriam promover as atividades inclusivas deixam a mercê, não auxiliam com a estrutura física, financeira, pedagógica combatível com as necessidades.

Diante disso, um recurso propício para a melhoria da educação inclusiva são as salas de recursos, que possuem metodologias diferenciadas para atender esses portadores de deficiências. Então, este trabalho foi desenvolvido entre a sala de recursos e o ensino regular a fim de visualizar as dicotomias existentes. Portanto, foi visível que nesses espaços existem monitores especializados que realizam o devido acompanhamento dos alunos; compartilhando os relatos do processo de ensino- aprendizagem, discutindo estratégias de enfrentamento dos desafios, como foi constatado com o referido trabalho de campo na Escola Estadual Vicente Machado Menezes.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Resolução 02/2001. Brasília: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, 2001.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente (1990)**. Lei n. 8090/90 de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. – 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.
- BRASIL. **Distribuição das salas de recursos multifuncionais no Brasil**. MEC: Brasília, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.
- CRUZ, Tatiana Pinheiro da; COSTA, Edivaldo da Silva; BARBOSA, Mônica de Gois Silva. **AS SALAS DE RECURSOS DAS REDES PÚBLICAS ESTADUAL E MUNICIPAL DE ENSINO EM ITABAIANA/SE: REALIDADE OU UTOPIA?** in:10º Encontro Internacional de Formação de Professores. ISSN:2129-0663, 2017. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/download/4628/1710>>. Acesso em 29 jul.2018.
- GARCIA, Vinícius Gaspar. **As Pessoas com Deficiência na História do Mundo**. 2011. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial>>. Acesso em: 27 jul.2018.
- GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Ampid (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência), 2015. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php>. Acesso em: 27 jul. 2018.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Educação Especial: História, Etiologia, Conceitos e Legislação Vigente**. Bauru, 2008. Disponível em: <<http://www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/livro2.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2018.
- PACHECO, José; EGGERTSDÓTTIR, R. MARINÓSSON, G. L. **Caminhos para a Inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- RIBEIRO, Elisa Antônia. **A Perspectiva da Entrevista na Investigação Qualitativa**. Revista Evidência, Araxá, n. 4, 2008, p. 129-148. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/tecnica_coleta_dados.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2018.
- SCHMIDT, Mário. **Nova História Crítica**. São Paulo: Nova Geração, 2011.
- SILVA, Otto Marques. **“A Epopéia Ignorada”, “Uma Questão de Competência”, “A Integração das Pessoas com Deficiência no Trabalho”**. São Paulo: Cedas, 1987.